

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TRABALHO
- TECNOLOGIA

FONTES ECLESIASTICAS: AS POSSIBILIDADES DA PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS ATRAVÉS DE UM PROJETO EXTENSIONISTA

Rosângela Wosiack Zulian (rzulian@gmail.com)

Denise Pereira (p.denise.p@gmail.com)

RESUMO – a Igreja católica, dentre as muitas instituições voltadas à preservação de bens culturais, congrega expressiva quantidade de bens acumulados ao longo dos séculos. Em 1971 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), manifestou-se sobre a preservação, conservação e restauração dos bens históricos e artísticos e, a partir de 1982 foram criadas diversas comissões para zelar pelos bens eclesiais destacando-se, em 1988, a Pontifícia Comissão para a Conservação do Patrimônio Artístico e Histórico da Igreja. .Nesses *lugares da memória*, no caso da Igreja e de seus bens, é possível executar práticas específicas que possam colaborar com as políticas de preservação dos bens culturais do país. Em consonância com essa postura preservacionista e visando instrumentalizar os acadêmicos do curso de História nos trabalhos com arquivos institucionais, o projeto Fontes Eclesiais para Estudo de Imigração e Sociabilidade desenvolveu ações junto à documentação encontrada no Memorial São Francisco, na Paróquia Imaculada Conceição em Uvaranas.

PALAVRAS-CHAVE – Cultura católica. Fontes eclesiais. Arquivos paroquiais.

Introdução

A noção de patrimônio cultural histórico pode ser definida como o complexo de monumentos, conjuntos arquitetônicos, sítios históricos e parques nacionais de um determinado país ou região que possui valor histórico e artístico e compõe um determinado entorno ambiental de valor patrimonial (SILVA & SILVA, 2006, p. 324). Esta noção é originária de documento elaborado pela *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*, realizada em 1972 (UNESCO). Este detalhou o patrimônio cultural em termos de obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, assim como os elementos estruturais de caráter arqueológico que tenham valor universal do ponto de vista da História da Arte e das Ciências. Destacam os autores que o conceito de patrimônio cultural não se restringe à produção material humana, mas abrange também a produção emocional e

intelectual. Assim, tudo o que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo pode ser chamado de bem cultural. A partir dessas considerações e de experiência acumulada em projeto anteriormente desenvolvido no Pró-Memória do antigo Seminário Verbo Divino de Ponta Grossa (JOHANSEN; SACCELLI; ZULIAN, 2006, pp.163-177) foi desenvolvido o projeto Fontes Eclesiásticas para Estudo de Imigração e Sociabilidade, com o objetivo de recuperar e preservar a documentação sob a guarda da Paróquia Imaculada Conceição de Ponta Grossa, no bairro de Uvaranas.

Objetivos

1. Oportunizar, aos acadêmicos do curso de História, o contato reflexivo e empírico com materiais e fundos de arquivos dispersos, inserindo-os nos parâmetros científicos da conservação documental.

2. Recuperar, através de procedimentos técnicos específicos, a documentação sob a guarda da Paróquia Imaculada Conceição em Uvaranas.

3. Possibilitar, aos acadêmicos do Curso de História, o acesso ao trabalho com fontes primárias

Referencial teórico-metodológico

Jacques Le Goff, em seu texto seminal Documento/ Monumento (1990, p. 462) afirma que o que sobrevive do passado não é o conjunto daquilo que existiu, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. É, ainda, todo vestígio que pode evocar o passado e recordá-lo, inclusive o escrito. Os materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador (1990, p.462). O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, mas é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (1990, p. 470). Dessa forma, todo documento tem sua dose de monumento, ou seja, não é imparcial.

A Constituição da República brasileira de 1988 destaca que é competência do poder público, em parceria com a comunidade, promover, divulgar e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Instituições, museus, centros de documentação, universidades, órgãos públicos ou

particulares, dentre outros, devem desenvolver ações que salvaguem a integridade desses bens, ao mesmo tempo em que os tornam disponíveis a todos os interessados.

Inegavelmente, a Igreja católica, dentre as muitas instituições voltadas à preservação de bens culturais, congrega expressiva quantidade de bens históricos e culturais acumulados ao longo dos séculos, tanto no Brasil como em países europeus. Essa postura respalda-se em antigas ações desenvolvidas pela instituição eclesiástica com a finalidade de preservação de um patrimônio material e imaterial por cuja permanência e cuidados se entende responsável. Em 1971 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no *Documento-base sobre a Arte Sacra*, manifestou-se sobre a preservação, conservação e restauração dos bens históricos e artísticos, determinando como sujeitos às presentes normas bens móveis e imóveis de real valor artístico, assim entendidos: arquitetura, escultura, pintura, mobília e artes decorativas, livros e documentos escritos. Tais bens não podem ser demolidos, mutilados, modificados, nem restaurados e tombados sem autorização da autoridade competente (Bispo e comissão diocesana). A partir de 1982 foram criadas diversas comissões para zelar pelos bens eclesiásticos destacando-se, em 1988, a Pontifícia Comissão para a Conservação do Patrimônio Artístico e Histórico da Igreja. Em carta enviada a arcebispos e bispos, a Comissão enfatizou o empenho dos sacerdotes na preservação e valorização dos bens culturais a eles confiados e sua correta administração.

Nesses *lugares da memória* (NORA, 1993, p. 7), no caso da Igreja e de seus bens culturais, é possível executar práticas específicas que possam colaborar com as políticas de preservação dos bens culturais desse país (PERARO, 2004, p. 240).

No ano de 1924, em Ponta Grossa, foi construída uma igreja para atendimento social e espiritual aos moradores do bairro de Uvaranas (em Ponta Grossa, Paraná), habitado, em sua maioria, por imigrantes italianos ou seus descendentes, em terreno doado por Ana Rita Ribas Guimarães. Desde essa época, a documentação dessa comunidade foi sendo preservada, seja na paróquia, seja nas famílias dos fiéis.

Conforme Heloísa Belotto, para a montagem da memória das instituições, a espinha dorsal é o arquivo, que precisa estar organizado. (1991, p. 188). Nesse sentido o projeto objetivou implementar ações visando salvaguardar, através de procedimentos técnicos específicos, todo esse material, que não se perdeu graças à comunidade do bairro e aos esforços dos párocos, que não desconsideraram seu valor na construção e manutenção das identidades paroquiais. Atualmente a paróquia é atendida pelos Frades Menores Capuchinhos. Foi encontrado, em um espaço razoavelmente preservado mas não adequado para um arquivo,

um considerável acervo documental, disposto em armários de madeira e estantes de ferro e madeira, que cobriam boa parte da sala.

Resultados

A documentação acumulada no Memorial São Francisco (atas, jornais, panfletos etc) depois de anos de trabalho, foi colocada em estado de consulta por pesquisadores e comunidade após um grande esforço pela sua adequação. Foram higienizados, sistematizados e catalogados: 900 livros; 4200 periódicos (115 títulos), 52 atas (movimento em geral), 130 discos de vinil, 47 cds, 05 caixas de arquivos de movimento paroquial, 72 caixas de processos de matrimônio, 320 fotos, dentre os muitos materiais esparsos no Memorial. Também foram viabilizados: mobiliários adequados à não-reinfestação de parasitas, material de limpeza, material para desinfecção permanente, material de expediente e também a troca do local de arquivamento e organização do memorial para sala maior e mais conveniente.

Considerações Finais

O trabalho, embora aparentemente moroso, permite a observação de mudança visível nos materiais que representam a memória da paróquia e da comunidade do bairro de Uvaranas, cuja referência não é apenas religiosa, mas incorpora todas as formas das sociabilidades locais (festas, rituais, devoções, etc.). Um dado imponderável e não-quantificável é a percepção dos alunos, da supervisão técnica e da coordenação que esse trabalho compõe o ofício do historiador e permite um tipo de conhecimento que fundamentará a prática dos futuros historiadores. Seu desenvolvimento, amparado em projeto extensionista anterior será ampliado, posteriormente, em outros locais e outros fundos de arquivo, impulsionando as atividades da graduação. Assim, reitera-se a importância desse conjunto documental para a história local e das instituições, acreditando na relevância de ações extensionistas como a que relatamos aqui para a preservação e manutenção da memória coletiva.

Referências

ANDRADE, Ana Célia Navarro de. **Patrimônio documental da Igreja: considerações sobre os processos de reprodução utilizados para a sua preservação e acesso à informação.** In: Bens culturais da Igreja. São Paulo: Loyola, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BRAGA, Aroldo. **Os bens culturais da Igreja e o resgate das referências culturais das comunidades**. In: Bens culturais da Igreja. São Paulo: Loyola, 2006.

JOHANSEN, Elizabeth; SACCHELLI, Myriam Janet; ZULIAN, Rosângela Wosiack. Fontes para a História Eclesiástica dos Campos Gerais. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: UEPG, v. 11, inverno de 2006, pp. 163-177.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Documento/Monumento. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo: EDUC, v. 10, dez..1993.

PERARO, Maria Adenir. **Memória e patrimônio**: o arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá. In: MARIN, Jéri Roberto (Org.) Religiões, religiosidades e diferenças culturais. Campo Grande: UCDB, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. Verbete Patrimônio Histórico. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, pp. 324-328.